

Christina Menezes Torres (Universidade Federal Fluminense)
Arquiteta e Urbanista, mestranda do Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da
UFF, Especialista em Arte e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Niterói / RJ
chrismenezest@hotmail.com

Werther Holzer (Universidade Federal Fluminense)
Arquiteto e Urbanista, Comunicação Social/Cinema pela UFF, mestre em Geografia pela UFRJ e
doutor em Geografia pela USP . Professor adjunto - UFF.
Niterói / RJ
werther.holzer@uol.com.br

COMUNICAÇÃO ORAL

PAISAGEM CULTURAL URBANA: SABER, INSTRUÇÃO. QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.

SESSÃO TEMÁTICA 1 - CIDADE IMATERIAL

Resumo Orientada pela perspectiva ambiental esta proposta explora considerações paisagísticas e análises referentes à produção do espaço urbano social, mapeando alguns dos aspectos das várias culturas locais encontradas nas frentes marítimas dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba, da cidade de Niterói, município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Apresenta, ainda, o estudo dos aspectos implícitos no processo recente de implantação do Terminal Hidroviário, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, no bairro marítimo de Charitas, mostrando as relações estabelecidas e os significados resultantes. Como metodologia foi considerada a proposição do arquiteto Del Rio sobre a percepção, um processo cognitivo vital, indispensável. Recortes do pensamento de Cosgrove e Tuan complementam e ressaltam a importância da contribuição dos códigos contidos nas culturas locais, nas realizações urbanísticas, bem como, subsidiam uma importante ferramenta para o desenho urbano, a “percepção dos processos cognitivos”, uma prática de relevância máxima que colabora com eficácia, para se levar a cabo a “sustentabilidade ambiental do planeta Terra” - assim como a preservação da própria vida.

Palavras-chave: Paisagem cultural, informação, desenho urbano.

PAISAGEM CULTURAL URBANA: SABER, INSTRUÇÃO. QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.

1. INTRODUÇÃO

*A Invenção do "O"., de Luiz Fernando Veríssimo
[...]
Aí inventaram o 'O'
e foi algo portentoso.
Assombroso, maravilhoso.
Tudo começou a rolar
e a se movimentar.
O Homem ganhou 'horizontes'
e palavras viraram pontes
e hoje existe a convicção
que sem a sua invenção
não haveria Civilização.
Um dia, como o raio inaugural
sobre aquela célula no pantanal
que deu vida a tudo,
veio o acento agudo.
E o homem pôde cantar vitória.
E começou a História.
(Depois ficamos retóricos
e até um pouco gongóricos).*

Com o objetivo de contribuir para a discussão sobre *espaços naturais versus construídos*, *processos físico-espaciais e memória como fonte histórica para o estudo sobre as cidades*, esta introdução, através da pesquisa bibliográfica, tem o objetivo de apresentar considerações necessárias à reflexão da relevância da inclusão, nas práticas urbanísticas, dos códigos da cultura local, uma categoria dialética, que pode realmente promover com eficácia e eficiência a *sustentabilidade ambiental do planeta Terra*.

Qualquer atitude de caráter arquitetônico e urbanístico voltada ao ambiente urbano, desde um simples olhar, que represente um diagnóstico urbanístico, até um planejamento urbano ou um grande projeto arquitetônico, bem como, um plano urbanístico, sobre ou para o meio ambiente urbano, vão provocar um fenômeno em cadeia, produzindo um impacto sobre o local, repercutindo para a cidade, para o país, para o planeta Terra; significando, sem dúvida, conseqüências prejudiciais para o homem, para as comunidades locais, nacionais, populações do planeta Terra, impedindo, inclusive, as gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades. Ressaltamos a reflexão de Sachs (2002, p. 50) e reafirmamos que “é necessário considerar como nossas ações afetam locais distantes de onde acontecem, em muitos casos implicando todo o planeta ou até mesmo a biosfera”. Assim, urge que, efetivamente, todos, sem exceção, abraçando a idéia de *sustentabilidade já*, imbuídos de um pensamento unívoco, de preservação de nossa casa comum, a Terra, e da própria Vida, tornem práticas, ações ou realizações urbanísticas em acordos transdisciplinares conscientes, que integre os códigos locais e incorpore a dimensão sócio

ambiental, realizando um novo paradigma de desenvolvimento, duradouro e socialmente inclusivo, materializando a sustentabilidade ambiental do planeta Terra.

Conforme Ferrari (2004, p. 231) meio ambiente compreende um conjunto que insere em seu todo: o “meio físico” constituído pelo solo, recursos hídricos e clima; o “meio biótico” constituído pela vida vegetal e animal e o “meio antrópico” criado e gerido pelo homem, através de infra-estruturas física, social, viária, atividades econômicas, urbanização, esferas públicas e privadas, qualidade de vida. Urbano que se refere à cidade constitui um espaço ocupado por um aglomerado humano “denso e considerável em número” e, conforme Ferrari (ibid., p. 72) “sua evolução e estrutura são determinados pela dinâmica entre meio físico, desenvolvimento tecnológico e modo de produção”.

A partir de uma perspectiva sustentável meio ambiente urbano incorpora uma visão sistêmica holística, conferindo-lhe a condição de paisagem urbana constituída por um “todo”, que Martins (2001, p. 163) pressupõe um ecossistema, conduzindo a consideração da biosfera como “[...] resultado de uma integração constante e ilimitada, no tempo e no espaço, entre todos os seus componentes, ou seja, litosfera, hidrosfera, atmosfera e os seres nela inseridos, cujo conjunto forma o ecossistema planetário”. Visão sistêmica holística supõe componentes, conjuntos, totalidades integradas - inter e intra-relacionadas, assim, as partes de um conjunto são um *todo indivisível*. A abordagem holística colocada, inter e intradisciplinar remetem a fundamental questão, intrínseca, que deve ser incluída aos procedimentos ou práticas de caráter arquitetônico e urbanístico, para assimilação, realização e materialização de um novo paradigma de desenvolvimento, ou seja, *incluir o ser humano e a cultura local no processo de investigação urbana para o desenvolvimento de projeto e planejamento urbano*, promovendo, assim, formas participativas nas estratégias de planejamento. Prática que pode ser a *força motriz* para se respeitar a integridade dos sistemas naturais que permitem a existência de vida no planeta, que vão acelerar e fomentar o crescimento como um meio e não como um fim; permitir a inclusão; a proteção do patrimônio biogenético a ser transmitido às gerações futuras.

Martins (ibid., p.162) ressalta:

[...] há um saber acumulado em cada pessoa que não necessariamente está presente no mundo acadêmico, formal e oficial. Daí a necessidade de formas participativas nas estratégias de desenvolvimento [...] Ninguém conhece tanto os ecossistemas naturais como os seus habitantes, [...] Aí estão os programas de resgate da biodiversidade local [...] baseados no saber popular acumulado ao longo do tempo e do espaço.

Ignacy Sachs (2002, passim) em suas palestras, livros, artigos, sua obra em geral, defende a tese de que para haver uma revolução do pensamento, uma mudança de paradigma é a “[...] gestão negociada e contratual dos recursos a pedra fundamental para qualquer desenvolvimento sustentável.” Afirma que “[...] se dando às comunidades locais um papel central no planejamento da proteção e monitoramento de suas áreas estaremos permitindo uma interação saudável entre

conhecimento tradicional e a ciência moderna.” Sachs (ibid., p. 49) cita Edgar Morin apontando-o como um ilustre representante da “ecologização do pensamento” e aponta que Morin propõe uma expansão dos horizontes geográficos e uma análise que incorpora a interação da história natural com a história da humanidade. Assim, a humanidade deve, acima de tudo, considerar o homem, as suas histórias de como vivem e a importância da cultura local, incorporando às práticas arquitetônicas e urbanísticas, para a sobrevivência do planeta.

O termo cultura existe como uma entidade relevante para diversas áreas das ciências humanas e sociais, tendo sido o pivô de intensos debates, esclarecimentos, definições, ampliações, reduções e sua importância se explica por si só, está implícita no seu conteúdo. A sua abrangência, potência e capacidade definem o seu “status”, objeto científico de reflexão ontológica, requisitado e utilizado por correntes filosóficas, para a epistemologia e produção do conhecimento em vários domínios.

Morin (2001) assim define a cultura:

[...] São as culturas que se tornam evolutivas, por meio das inovações, integrações de aquisições, reorganizações; são as técnicas que se desenvolvem; são as crenças, os mitos que mudam; são as sociedades, que a partir de pequenas comunidades arcaicas, metamorfosearam-se em cidades, nações e impérios gigantes. No seio das culturas e das sociedades, os indivíduos evoluíram mentalmente, psicologicamente, afetivamente.

[...] A cultura é, repetindo, constituída pelo conjunto de hábitos, costumes, práticas, savoir-faire, saberes, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se perpetua de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, gera e regenera a complexidade social. A cultura acumula aquilo que é conservado, transmitido, aprendido, e ela comporta os princípios de aquisição, programas de ação. O primeiro capital humano é a cultura. O ser humano seria sem ela, um primata da mais baixa categoria.

[...] A cultura é aquilo que permite aprender e conhecer, mas ela é também aquilo que impede de aprender e de conhecer, fora de seus imperativos e de suas normas, e existe, desse modo, o antagonismo entre o espírito autônomo e sua cultura.

[...] A cultura é a emergência maior, própria da sociedade humana.

[...] O patrimônio hereditário dos indivíduos está inscrito no código genético; o patrimônio cultural herdado está inscrito inicialmente na memória dos indivíduos (cultura oral), depois escrito nas leis, no direito, nos textos sagrado, na literatura, nas artes. Adquirida por cada geração, a cultura é continuamente regenerada.[...]. (sem grifo do autor)

A proposição do filósofo faz uma discussão abordando a relação entre *homem, local, cultura, e memória*, exaltando uma dinâmica importante, constante do meio social, entrelaçada e interdependente. Um *processo local*, complexo, denso, entretanto, aberto, em constante atualização, que finca princípios, representa informação, descortina a essência necessária à evolução do homem em harmonia com o meio ambiente. A cultura é o começo, o meio, o fim, está no homem e para o homem, sem ela o ser nada seria, nada teria alcançado. A cultura é o passado, mas é também o presente e a promessa para o futuro, permite leitura, que feita pontualmente e profundamente, pode significar o mundo melhor que estamos buscando.

Portanto, cultura é um legado que faz parte da realidade humana: produzido e praticado pelo grupo; a ele pertencente; podendo suas características variar de grupo para grupo; resultado de experiências coletivas históricas no espaço e no tempo; atua sobre o homem e determina as ações do homem sobre o meio ambiente; precisa da linguagem, se apoia em um conjunto de signos e símbolos; e, depende das relações e inter-relações humanas. Logo, pode ser resumido em um *saber acumulativo, adaptativo e reflexivo que faz parte da realidade humana*, que, no modo contemporâneo, até permite ouvir meios externos, como o científico e, ou o acadêmico e outros, no seu desenvolvimento e atualização, mas não depende dessa condição, pois segue o seu curso, mesmo indo na contramão de qualquer meio externo ao grupo.

Conforme Macedo (1999) o termo paisagem permite diversas posturas, assim, a partir de uma reflexão num contexto humano podemos afirmar que *paisagem* transcende a uma visão sistêmica ou estática. Segundo Emídio (2006, p. 13) a paisagem “vai além da composição”. Se estivermos numa janela, por exemplo, a paisagem será o espaço que a nossa vista alcança, mas, além da estrutura física observada, temos ao nosso alcance: movimento, som e, inclusive, num plano mais próximo, cheiros, odores diversos.

A tela de um véu mexe-se levemente diante da paisagem já recortada pela moldura da janela, atenua a claridade do dia, envolve a sombra com uma dobra mais clara, freme, desmonta o cruel excesso do sol, ou então retém algumas lantejoulas de luz na superfície do tecido.
Nuvens. Passam, desfiam-se. Arquitetura cambiante, de acordo com a estação, o dia. Portadoras ou não de tempestades.
Janelas. Como evitar ver nelas a metáfora do olho? Fiando-a, ela produz suas próprias submetáforas: tela do véu, ponto cego, estriamentos do bater das pálpebras, humores do corpo, esta lágrima, este sorriso, as nuvens dos pensamentos da tarde ou da manhã, e também a alma, cuja janela é o olho, que governa a visão. (CAUQUELIN, 2007, p. 136)

A paisagem, além do espetáculo, aprisiona os nossos sentidos: visão, audição e olfato, inclui o fator tempo e é dependente de sensibilidade. Conforme a localização do ponto de observação, além da estrutura física, temos, também, ao nosso alcance, movimentos diversos: de pessoas; animais; do ar, dos ventos; da luz; dos galhos de uma árvore que balançam; de um rio que corre; o movimento de uma cachoeira é maravilhoso; das ondas do mar; e assim por diante. Sons diversos: do homem, da criança que grita; o barulho, às vezes, ensurdecido de uma aeronave; do mar; do vento forte que assovia; dos animais, de um pássaro que canta; no campo, à noite, ouvimos nitidamente os grilos; uma cachoeira também faz barulho; ouvimos até o silêncio, quando estamos num sítio afastado da cidade, onde ouvimos muitos outros sons. Num plano mais próximo podemos sentir odores: de frutas; flores, o cheiro de uma acácia, a noite, se espalha no ar, deixando o ambiente impregnado de um perfume agradável; no entanto, existem outros vegetais que espalham um odor desagradável; a chuva tem cheiro; e assim por diante. A vista pode alcançar até o movimento das nuvens, dos raios e da chuva e podemos ouvir o barulho da chuva, dos trovões e trovoadas. Enfim, para Julien Grack (2006, p. IX), “Todos os pontos do

espaço, as margens, os centros, o longe e o perto marcam essa insistência do infinito no finito que trabalha no interior da paisagem.”. Qualquer paisagem é mais que uma expressão morfológica, está além de uma visão de estruturas físicas, estaremos vendo, ouvindo e sentindo *vida*, que significa experiência vivida. Podemos acrescentar, ainda, na questão da paisagem a relação espaço e tempo e a relação espaço e emoção. Quando falamos *qualquer paisagem* estamos querendo dizer que podemos estar em lugares diferentes, como no meio rural ou no meio urbano.

Havia uma luz dourada que iluminava a vila. Vinda do oeste (ela se mesclava com um verde, um verde-mar, se é que isso é possível), e em sua maneira oblíqua de alongar penosamente as sombras, tornava todas as coisas frágeis como uma última tarde de verão, ou como o último verão.

Às vezes, também, a presença de um animal estranho suspende o correr tão familiar do tempo, que não tardaria a retomar o seu curso, a não ser que, por uma espécie de esquecimento estúpido, arriscássemos virar muito bruscamente a página do livro, ou que uma palavra deslocada viesse romper o silêncio.

A casa, cujas janelas estavam entreabertas, apressava-se a fruir esse brilho amarelo antes de entrar no sombrio outono ou na noite, quando, por uma inversão de papéis, seria ela, a casa, que projetaria a luz do salão sobre o gramado, luz tão melancólica quanto a do oeste, porém mais alaranjada e também mais dominável: bastaria acender os dois candelabros ou deixar filtrar pelo viés da porta-janela do corredor o reflexo da suspensão. (CAUQUELIN, 2007, p. 19)

Segundo Augustin Berque (2004, p. 84-87) compreender o sentido, a lógica contida na paisagem é “apreende-la sob o ponto de vista cultural”, ou seja, sendo a paisagem “plurimodal” o “sujeito e a paisagem são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e auto-reproduz [...] pelo jogo, jamais de soma zero, desses diversos modos”, assim, esse jogo impregnado de sentido é a cultura, definida pelo geógrafo como a “matriz” da paisagem. A tese de Berque compreende a realização de uma dialética entre marca e matriz para canalizar a relação da sociedade, dotada de uma história, com o espaço e com a natureza.

O geógrafo Cosgrove (2004, p. 101) afirma: “a paisagem urbana é um texto que pode ser lido através das fontes (códigos, símbolos), evidências que encontramos e que podem nos informar os significados contidos”. A proposição de Cosgrove (ibid., p. 102) aponta: “a cultura é sempre potencialmente capaz de ser trazida ao nível da reflexão consciente e da comunicação”. Assim, considerando, a cultura local, estaremos evocando um clamor: o *amor à própria vida* e, naturalmente, considerando muitas questões sustentáveis que estão sendo relegadas. Um passo simples, que pode fazer parte da história da humanidade, dos homens que vão contar com orgulho outras histórias, remetendo à Morin (2001) quando afirma, “[...] A cultura é aquilo que permite aprender e conhecer, [...]”.

Na esteira de Cosgrove (2004, p. 103), a cultura “tem que ser constantemente reproduzida por eles (os homens) em suas ações, muitas das quais são ações reflexivas, rotineiras da vida cotidiana.” O geógrafo enfatiza que “a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas”; e, que “o objeto natural tornou-se objeto

cultural, foi-lhe atribuído um significado”. Considerando que todas as paisagens são simbólicas Cosgrove (ibid., p. 106) propõe:

Revelar os significados na paisagem cultural exige habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, re-presentar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. Uma vantagem que temos ao tratar a paisagem dessa maneira é que muitos de seus significados são ‘naturalmente’ encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à nossa experiência, na medida, em que somos parte da natureza.

Cinco anos depois Cosgrove (2000, p. 35; 45) amplia o conceito de cultura e encontra na modernidade significados múltiplos, fazendo o reconhecimento do “pluralismo cultural” e da “relatividade das verdades culturais”, inferindo que as sociedades modernas tem uma inclinação para a disjunção e para a ruptura, por sua pluralidade de vozes, dando ênfase à utopia e ao tempo linear, negando a tradição, o passado e o tempo cíclico. Para o geógrafo o pensamento moderno renunciando aos ambientes do passado conservados e interpretados como herança e as paisagens e lugares não-materiais do cinema, da pintura e da escrita promove a desconstrução constante de significados, tornando os significados cada vez mais fragmentados, afetando aos lugares, exaurindo a Terra.

Conforme o geógrafo Mikesell (2000, p. 85) a cultura determina manifestações locais únicas, caracterizada por possuir forma estável e, ao mesmo tempo, dinâmica. Mikesell admite que o “estudo cultural não oferece a recompensa da certeza profética nem da simplificação grandiosa”, porém o caminho está no primeiro passo, no reconhecimento das dificuldades e, na seqüência, na vontade, na coragem e na disposição de participar de um trabalho coletivo, multidisciplinar, árduo, contudo, voltado para o avanço do pensamento geográfico, para uma “missão maior da geografia” que vai além do “lema da Disneylândia” e se propõe, de fato, a contribuir para entender o mundo de hoje, marcado “por indicadores pós-coloniais e não pós-modernos”.

O pensamento geográfico cultural, uma aproximação, também, da concepção dos antropólogos Geertz, Da Matta e dos filósofos Edgard Morim, Benjamim, dá ênfase a uma dinâmica abordando a relação entre *homem, local, cultura e memória*, um apelo à uma adesão incondicional de, mais que olhar, *enxergar a paisagem*, ou seja, usando as palavras de Cosgrove (2004, supra), “entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, re-presentar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos”, ou tomando posse da proposição de Geertz (1989, p. 3 et seq.): “uma análise que depende da penetração no próprio corpo do objeto”, portanto, esse pensamento ratifica e realça a idéia de que a paisagem é o resultado das ações humanas, é - cultural.

O aporte da geografia cultural estocando idéias decisivas, cristaliza na disciplina uma importante ferramenta de transformação, impulsionando uma mudança de postura, contribuindo para reverter a situação de perigo em que se encontra o meio ambiente do planeta, uma vez que tem como

polêmica central o homem, o local e a importante consideração do estudo de, entre outros elementos, cultura, tradição, histórico, memória, ações, necessidades, dinâmica de vida, possibilitando revelar, conforme Sachs considera essencial, as ações que em cadeia podem refletir, tanto positivamente, quanto prejudicialmente, em locais distantes e até mesmo na biosfera terrestre. O pensamento geográfico favorece, inclusive, a uma análise das ações humanas, necessária à proteção e conservação do meio ambiente terrestre, sendo esta a conduta e os dados que precisamos incorporar ao planejamento urbano, na busca de uma gestão enxergando as necessidades locais reais, para evoluir em harmonia com o meio ambiente.

Portanto, cabe enfatizar o grande mérito que reside no pensamento geográfico, lançando uma nova luz sobre a paisagem em relação com a teoria cultural, fazendo da disciplina uma abordagem humanizada, impregnada da teoria cultural, informação que faltava, por sua importância, à evolução intelectual, psicológica e material do homem.

Assim, com relação ao termo cultura, uma palavra com sentido abrangente, vamos focar, com base nos referenciais teóricos citados, buscando o sentido para *cultura local*.

Neste ponto chegamos ao fio condutor deste trabalho, ou seja, focamos a discussão no *homem* e nas suas necessidades primordiais. A abordagem *cultura local* fala do homem, tendo em conta que, *cultura*, nesse caso, me apropriando das palavras de Sauer (2004, p. 30) e outros geógrafos, antropólogos e outros estudiosos, será a “marca da ação do homem sobre a área”, donde a área é o *local* ou o *lugar*, é o meio ambiente sobre o qual o homem, de acordo com a sua necessidade, deixa a sua marca. Conforme Morin (2004, p. 30) “A complexidade da organização grupal dos animais se processa por relações sociais muito complexas e não há como se produzir um conhecimento correto, isolando o objeto de conhecimento de seu ambiente.” e segundo Laraia (2007, p. 87) “A coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence”.

Menos problemática do que a do Cavalão, mas também entrecortada de trechos críticos que levariam anos para serem vencidos, corria pela beira da praia uma trilha que muito imprópriamente se chamava Estrada de Jurujuba. Interrompia-se no outeiro da igreja, que descia abruptamente para o mar, e recomeçava em Charitas. Depois de percorrer as praias da Bica, Areia Grossa e do Curtume, esbarrava no quase sempre intransponível Morro do Peixe Galo, ou Samanguaiá, que na boca do povo e até em documentos oficiais aparecerá constantemente como Morro Quebra-Bunda, pelas quedas que provocava aos viajantes mais incautos. (SOARES, 2002, p. 42) (sem grifo do autor).

Local e ou lugar, outro tema de estudo bastante difundido, podemos dizer, simplesmente, que é uma porção de espaço. Espaço, segundo alguns autores, é abrangente e local, pontual, remete à grupos, indica, também, uma pausa, história, subjetividade que pode incluir acertos, erros, fracassos, que por sua vez, volta à *história dos homens*, que inclui cultura, tradição, hábitos, costumes, memória, senso comum, bom senso, convívio, relações, embate, trocas, linguagem,

informação, símbolos, ou seja, todos os elementos necessários à manutenção e evolução de grupos. Para Laraia (2007, p. 72):

O homem tem despendido grande parte da sua história na Terra, separado em pequenos grupos, cada um com a sua própria linguagem, sua própria visão de mundo, seus costumes e expectativas. [...]

O ponto fundamental de referência não é a humanidade, mas o grupo. [...]

[...] cada cultura ordenou a seu modo o mundo que a circunscreve e que esta ordenação dá um sentido cultural à aparente confusão das coisas naturais.

Yi-Fu Tuan (1983, passim) demonstra, através de sua obra, as diferenças entre espaço e lugar. Aborda a experiência humana e as diferentes maneiras como as pessoas sentem e conhecem o espaço, fazendo a relação entre a diversidade cultural e a forma de dividir o espaço, de atribuir valores e medir suas partes, inscrevendo uma associação entre postura e estrutura do corpo humano. Nessa análise Tuan nos fala do espaço familiar, do espaço do cotidiano, do espaço global, do espaço do vizinho e do espaço mítico, aquele construído pela mente ou intelecto do homem, que, naturalmente, tenta organizar o seu espaço para possibilitar o sentimento de segurança e confiança, a partir de sua posição no universo.

Veio em 1956 o primeiro supermercado do bairro, denominado São Francisco, como o armazém do Horácio, e plantado na Avenida Rui Barbosa por Joaquim Ramalho Júnior e Adelino Reis. No ano seguinte ganha concorrente de proporções avantajadas no Praiano, aberto por Delfin Ferreira Pacheco na Avenida Quintino Bocaiuva. Sotificou-se o comércio, na década de 70, e hoje em toda a orla de São Francisco encontra-se bares e restaurantes que atraem turistas de toda a cidade e mesmo de outros estados. (SOARES, 2002, p. 55)

Quando o espaço adquire significado, segundo Tuan (1983, p. 6), torna-se o lugar. Então, dotado de valor, o espaço abstrato, amplo, indiferenciado, transforma-se em lugar, que significa pausa, que, entretanto, permite movimento, “[...] então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.” Nesse lugar ou localização o homem tem liberdade, porque sente-se seguro, podendo movimentar-se livremente, diferentemente do espaço que representa ameaça, pela amplitude, descortinando o desconhecido. Assim, lugar ou localização sugere afeição, sentimentos de amor e raiva, experiência, que significa apreender, apropriar-se, a partir da própria vivência, desde criança, habitando, trabalhando ou divertindo-se.

Conforme Tuan (ibid., p. 15):

O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para o outro; é um objeto no qual se pode morar. O espaço, como já mencionamos, é dado pela capacidade de mover-se. Os movimentos são dirigidos para, ou repelidos por, objetos e lugares. Por isso o espaço pode ser experienciado de várias maneiras: como a localização relativa de objetos e lugares, como as

distâncias e extensões que separam ou ligam os lugares, e — como a área definida por uma rede de lugares.

[...] O paladar, o olfato, a sensibilidade da pele e a audição não podem individualmente (nem sequer talvez juntos) nos tornar cientes de um mundo exterior habitado por objetos. No entanto, em combinação com as faculdades “especializantes” da visão e do tato, estes sentidos essencialmente não distanciadores enriquecem muito nossa apreensão do caráter espacial e geométrico do mundo.

O trabalho de Tuan (ibid., passim) chama atenção para diversas questões formuladas pelos humanistas sobre espaço e lugar, relacionando-os com criança, tempo, corpo, relações pessoais, valores espaciais, experiências, habilidades, afeição, visibilidade, conhecimento, espaciosidade e outros elementos, elaborando nessa abordagem, epistemológica, um estudo detalhado sobre a experiência humana, desde criança, com o espaço, que torna-se o lugar, impregnado de significados, para o adulto. Assim o *lugar* ou o *local* significa mais do que espaço físico, está intimamente associado com “a sensação de estar livre e ter poder e espaço suficiente para atuar.”. A esta *sensação*, chamada “espaciosidade” pelo geógrafo, interferem dois fatores, um é que depende do “contraste” que, por exemplo, faz do exterior um mundo indefinido em relação ao interior de uma casa, limitada e articulada, apesar desse exterior ter limites, seja no exemplo citado pelo Tuan, uma depressão em relação a um vale, ou outro como: uma praia em relação a um bairro, que pode parecer não ter fim na visão dada pela janela de uma casa. E o outro fator refere-se à “cultura e a experiência que têm grande influência na interpretação do meio ambiente.” Assim o significado de oportunidade e liberdade para um povo pode parecer o oposto para outro, como no exemplo citado por Tuan (ibid., p. 63):

“Os norte-americanos passaram a aceitar as pradarias abertas do oeste como um símbolo de liberdade e oportunidade, mas para os camponeses russos o espaço sem fronteiras [...] conotava antes desespero que oportunidade; mais inibia do que encorajava a ação.”

O pensamento de Tuan, enfatizando sempre sensações, vem de encontro à nossa discussão, a dinâmica entre *homem, local, cultura e memória* reafirmando a proposta de que o local está impregnado pela cultura, que se desenvolve no tempo, gerando e regenerando o ambiente. Repetindo, um processo complexo, denso, entretanto, aberto, em constante atualização, que finca princípios, representa informação. Esse processo faz do local um ambiente singular, provido de experiência, sentimento, memória, significado, tradição, relações sociais, história dos homens; faz, ainda, do local um ambiente em que encontramos CULTURA LOCAL, que provê a informação que necessitamos incorporar ao planejamento urbano, na busca de uma gestão enxergando as necessidades locais reais, a fim de evoluir em harmonia com o meio ambiente.

2. ESTUDO DE CASO: Terminal Hidroviário recém implantado no bairro de Charitas, localizado na cidade de Niterói, município do Estado do Rio de Janeiro.

As pequenas civilizações com linguagem, sabedoria e culturas próprias estão ameaçadas porque são pequenas e falta-lhes o poder para se defenderem. (MORIN, 2004)

Mapeamento de comunidades e culturas locais, descrevendo os aspectos implícitos no processo recente de implantação do Terminal Hidroviário, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, no Bairro de Charitas, localizado na cidade de Niterói – RJ.

A pesquisa realizada em 2006 e 2007, de natureza qualitativa, em fontes primárias, pelo objetivo específico de desvendar as comunidades locais e as paisagens culturais, baseou-se em observações participantes, abarcando homens, mulheres e crianças, nas faixas etárias compreendidas entre 12 e 60 anos. O registro visual e iconográfico utilizado como recurso adicional, foi importante para auxiliar no entendimento das dimensões internas do objeto empírico.

O estudo completo, inserido em Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, está vinculado ao Grupo de Pesquisa intitulado Avaliação Pós Ocupação de Urbanização, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal Fluminense e seus registros podem ser visualizados: através de um relatório completo, que inclui este trabalho (um relatório condensado); através de um vídeo clipe e de slides, produzidos no programa PowerPoint, assim, possibilitando um panorama geral e virtual, e, ainda, através de um pôster que resume a essência do estudo realizado.

Tendo como norte o objetivo da investigação foi possível separar a pesquisa em cinco grupos distintos:

Para os moradores e trabalhadores da comunidade do Preventório, localizada atrás do Terminal Hidroviário, no bairro de Charitas, entre os bairros de São Francisco e Jurujuba, a implantação do Terminal Hidroviário transformou as suas vidas, deixando os moradores estigmatizados pelos transtornos. O Terminal não é reconhecido, é visto como um “elefante branco” e na fala dos entrevistados, representantes das camadas sociais de baixa renda, homens, mulheres, idosos, jovens e crianças (a partir de 12 anos), foi indicado: que o terminal só trouxe desvantagens; sentiram-se excluídos das ações sobre o espaço urbano, o Terminal não beneficiou essas comunidades, não é usado e tampouco atende as suas necessidades; prejudicou a circulação anteriormente tranqüila, transtornou a vida pacata dessas comunidades; prejudicou o meio ambiente, o empreendimento não tem infra-estrutura adequada, sendo “*mais um edifício a desaguar esgoto direto no mar*”, sem um mínimo de preocupação com os prejuízos.

O segundo grupo, constituído do Grupo de Velas, localizado ao lado do Terminal Hidroviário, da Colônia de Pesca Z-8, em Jurujuba, dos pescadores avulsos da região e do late Clube Jurujuba externou preocupações comuns.

Na visão desse grupo, apesar de reconhecerem a importância da construção para a cidade, não vale a pena o preço pago, pelos prejuízos de ordem ambiental e material. Consideram que muitos ajustes precisam ser feitos e que deveriam pensar em um mínimo de benefícios para as comunidades próximas.

Para os moradores e trabalhadores dos bairros de Charitas e São Francisco, o terceiro grupo, a implantação do Terminal Hidroviário foi positiva e decisiva, além de representar um projeto de valor para a região, facilitou o deslocamento dos moradores e trabalhadores entre o Rio de Janeiro e Niterói; transformou o local favoravelmente, que era abandonado, “*largado*”, trouxe movimento, conforto, comodidade e agilidade, evitando para os usuários dessas regiões engarrafamentos, tendo em conta que têm quase que a porta de suas casas, um equipamento urbano de mobilidade eficiente, evitando o deslocamento por outros bairros e corredores de trânsito da cidade.

O quarto grupo identificado é constituído de proprietários de bares e restaurantes de Charitas e São Francisco, funcionários de Hospitais, contingente do Corpo de Bombeiros em Charitas e, ainda, funcionários do próprio Terminal Hidroviário em Charitas, que enfatizaram ganhos, a partir da implantação do Terminal, alegando que a construção trouxe desenvolvimento turístico para a região, facilitando o acesso aos restaurantes, bares e a vida noturna de São Francisco e Charitas, para frequentadores vindos da outra margem da baía.

O último grupo, outros usuários do Terminal Hidroviário, classificados isoladamente porque apresentou moradores e trabalhadores de outras regiões da cidade, constatando que o Terminal atende, também, a Região Oceânica e ao bairro de Icaraí da cidade de Niterói. Esse grupo foi unânime, considera a estação um benefício para a cidade e manifestaram opiniões positivas, inclusive, com relação à arquitetura da construção.

Os resultados se mostraram desiguais, conforme o interesse dos grupos de entrevistados, assim sendo, as opiniões foram polarizadas e enfáticas em relação ao processo, com muitos se sentindo invadidos, prejudicados, outros apontando opiniões positivas e de beneficiamento. As camadas sociais de baixa renda expressaram energicamente prejuízos e as camadas média e alta, na sua maioria, aprovaram a implantação do Terminal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem significa participação mais que distanciamento, proximidade mais que elevação, opacidade mais que vista panorâmica. A paisagem, por ser ausência de totalização, é antes de mais nada a experiência da proximidade das coisas. (BESSE, 2006)

Na voz dos moradores das comunidades próximas, mas, também, através da população constante dos serviços, clubes, hospitais, grupos associados, colônia de pescadores, funcionários e outros usuários do Terminal Hidroviário que tivemos a oportunidade de confirmar as implicações emocionais, simbólicas e culturais que envolvem os indivíduos; de perceber os laços entre vida humana e mundo; os vínculos que movem os seres humanos e fazem do espaço urbano uma arena de embates, mas também, um local de prazer, de viver.

Foi possível observar que o universo, objeto desse estudo, possui uma importante quantidade de diferentes culturas, representadas por suas diferentes comunidades, desde a mais simples até a mais sofisticada, ressaltando que, também, tivemos a oportunidade de constatar que são as comunidades locais importantes para a proteção e monitoramento de suas áreas, através de um saber acumulado, independente do mundo acadêmico, formal e oficial, contudo, capazes de defender, com vigor e maestria, o espaço, o ambiente, o direito de viver, trabalhar e se divertir, tendo em foco, principalmente, garantir a salvo o seu produto de sobrevivência, portanto, representam informação indispensável ao planejamento de suas áreas, permitindo uma integração saudável entre o conhecimento tradicional e a ciência moderna.

Para Suguio (2003, p. 3) as regiões litorâneas constituem as faixas limítrofes entre os *continentes* (terras emersas) e os *oceanos* (terras submersas), representando uma das áreas de mais intenso intercâmbio de energia do Sistema Terra e oferecendo um dos mais ricos e mais importantes conjuntos de ecossistemas naturais, de cuja preservação dependem os ciclos vitais de inúmeros animais e vegetais.

Essas regiões possuem também uma grande capacidade de atração, formam áreas muito suscetíveis a mudanças, podendo ser afetadas em diversas escalas temporais e espaciais, sofrendo importantes transformações, que podem ou não ser reversíveis. Segundo o Periódico BRASIL (2002, p. 323):

Atualmente, cerca de 1/5 da população brasileira vive à beira-mar, representando um contingente de mais de 30 milhões de habitantes, com a zona costeira apresentando densidade demográfica de 87 habitantes por km², cinco vezes maior que a média nacional de 17 habitantes por km². Na verdade, tomando os espaços imediatamente contíguos à costa, temos metade da população nacional habitando a menos de 200 km da orla marítima.

Essa população é, no mínimo, duplicada durante as férias escolares ou feriados prolongados:

*A proliferação de balneários, de grandes projetos hoteleiros e de áreas de segunda residência ocorre em velocidade ascendente em todos os quadrantes da costa brasileira, representando séria ameaça à integridade dos ambientes costeiros e marinhos. A excessiva visitação em ambientes frágeis, a ocupação inadequada do solo, a desfiguração paisagística, a destruição de ecossistemas acompanham tal processo, quando o licenciamento e a fiscalização não são efetuados de forma adequada e criteriosa. Enfim, a atividade turística corre o risco de destruir os próprios atrativos que lhe deram origem. (BRASIL, *ibid.*, p. 324)*

Os efeitos negativos da urbanização sobre os ecossistemas litorâneos resultam em diversos impactos ambientais, que se tornaram evidentes a partir dos anos 90 em nosso país, surgindo a necessidade de se intervir paisagisticamente, através da recomposição dos ambientes degradados.

As regiões oceânicas dos Bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba não são diferentes, têm enfrentado, devido à atividade turística e crescimento populacional, transformações de suas paisagens naturais. Suguio (2003, p. 3) em seu artigo, *Tópicos de geociências para o desenvolvimento sustentável.*, ressalta: “inúmeros conflitos, gerados em função da ocupação desordenada do espaço físico terrestre das regiões litorâneas, poderiam ser minimizados e, em certos casos até mesmo eliminados, se os principais fatores que controlam ou afetam a área estivessem melhor equacionados.” e indica: “a ausência de práticas destinadas à conservação dos ecossistemas litorâneos merece reflexão conscienciosa sobre problemas muito presentes que, sem a devida postura visando o desenvolvimento sustentável, podem comprometer seriamente a própria sobrevivência da humanidade”.

Precisamos estar atentos à produção do espaço urbano, às diretrizes que envolvem a escolha dos locais para impulsionar o desenvolvimento urbano, banindo procedimentos característicos das práticas que reforçam a segregação urbana. É necessário um tratamento da paisagem que respeite, relacione e valorize as condições ambientais e as ações antrópicas, consistindo em uma análise completa e multidisciplinar que compare a sustentabilidade de um lugar com seus possíveis tipos de desenvolvimento e uso.

Del Rio (Org., 2002, p. 11) ressalta: “O estudo da percepção e dos processos cognitivos é vital para a compreensão de nossas inter-relações com o ambiente, de nossa conduta e dos julgamentos sobre o Projeto do Ambiente Construído.” e segundo Tuan (1983, p. 13) “A questão é muito acadêmica, porque a maioria das pessoas fazem uso dos cinco sentidos, que reforçam mútua e constantemente para fornecer o mundo em que vivemos, intrincadamente ordenado e carregado de emoções.” Portanto a prática da percepção, que significa apreender o todo, através dos *sentidos*; penetrar a complexidade que está contida na paisagem ou explorar os significados contidos na paisagem urbana, enleva a cultura local, o poder simbólico, *o poder da cultura local*, uma troca interessante e valiosa que deveria ser assimilada pelos arquitetos e planejadores do espaço urbano social, tanto pelos benefícios que representam para a população local, quanto pelos que podem representar, vindos em conseqüência, para a humanidade, uma vez que a

cultura local prioriza preservar as suas necessidades de morar, produzir, viver e se reproduzir, compreendendo que *em viver* estão contidos muitos fatores e se faz na instância de um contexto abundante de signos e significados, emoção e *amor à própria vida*. Bastaria observar e refletir, debruçando-se sobre os relatos e depoimentos obtidos nas comunidades locais, constantes deste trabalho.

Partindo da proposição de Cosgrove (2004, supra) de que as paisagens contêm evidências que podem nos informar os significados implícitos, consideramos relevante para a leitura da paisagem urbana a percepção ambiental, que envolve os sentidos, conforme Tuan (1983, supra), contidos na paisagem.

Com o intuito de reafirmar a intenção desse trabalho cabe trazer o pensamento de Guimarães (2001, p. 55), doutor em Ciências Políticas, pesquisador da Divisão de Meio Ambiente e Assentamentos Humanos da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal), em Santiago do Chile:

Afirmar que os seres humanos constituem o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja: - ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; - socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades social e promotor da justiça e da equidade; - culturalmente sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar de sua evolução e sua regularização permanentes, determinam a integração nacional através dos tempos; - politicamente sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública. Este novo estilo de desenvolvimento tem por norte uma nova ética do desenvolvimento, ética na qual os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Concluindo, considerando as propostas dos autores apresentados, que giram em torno do mesmo clamor, especialmente a proposição de Cosgrove (2004, supra) em que “a cultura é determinada por e determinante da consciência e das práticas urbanas” e considerando o resultado da pesquisa, fica o questionamento: *Por que não buscar uma nova matriz baseada na assimilação do poder da cultura e do saber local, que se impõe e que respeita o homem como parte integrante do sistema Terra?* Sabemos que este não pode ser o único passo, todavia, com certeza, pode ser um importante passo para a sustentabilidade ambiental do planeta Terra.

Com o século XXI, o futuro surge incerto mas também com novas oportunidades a exigir novas atitudes; hoje temos que refletir e agir não só em relação ao adro da nossa igreja mas também à nossa casa de todos, o “planeta Terra”. O olhar global, em extensão, é tão necessário, fascinante e importante como o olhar local, em profundidade. Ambos estes olhares ajudam-nos a perceber melhor a condição do Homem neste planeta.” (AFONSO, 2005, p. 4)

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, José da Conceição. Urbanismo e arquitetura para o século XXI. Texto Especial 308. In: Arqtextos 060 Portal Vitruvius, 2005. 11 p. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp308.asp>, Acesso em: 15 junho 2006.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: ROSENDAHL, Zeny., CORRÊA, Roberto L. Org. Paisagem, Tempo e Cultura. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124 p. Cap. 4, p. 84-91.

BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução: Vladimir Bartalani. Prefácio: Julien Gracq. Coleção Estudos; Dirigida por J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006. 110 p.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - MMA. Lei Federal n.º 9985/00 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, 2002. 29 p. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=16>, Acesso em: 15 junho 2006.

CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 198 p.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Zeny., CORRÊA, Roberto L. Org. Paisagem, Tempo e Cultura. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124 p. Cap. 5, p. 92-123.

DEL RIO, Vicente. Org. Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Vicente Del Rio, Cristiane Rose Duarte, Paulo Afonso Rheingantz (organizadores). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ, 2002. 392 p. Apresentação, p. 11-16.

EMÍDIO, Tereza. Meio Ambiente & Paisagem. Coordenação: José de Ávila Aguiar Coimbra. Série Meio Ambiente; 7. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 176 p.

FERRARI, Celson. Dicionário de Urbanismo. 1. ed. - São Paulo: Disal, 2004.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989. 215 p.

GRACK, Julien. Prefácio. In: BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução: Vladimir Bartalani. Coleção Estudos; Dirigida por J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006. 110 p.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney. SILVA, Marina. DINIZ, Nilo. (Org.) O desafio da

sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. 366 p. Cap. I, p. 43-71.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 21 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. 115 p.

MACEDO, Silvio Soares. Quadro do Paisagismo no Brasil. Coleção Quapá, V.1. São Paulo: Quapá, Universidade de São Paulo, 1999. 144 p.

MARTINS, Paulo Roberto. Por uma política ecoindustrial. In: VIANA, Gilney. SILVA, Marina. DINIZ, Nilo. (Org.) O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. 366 p. Cap. II, p. 75-96.

MIKESELL, Marvin W. Posfácio: Novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. 109 p. Cap. 5, p. 85-109.

MORIN, Edgard. 5 L'humanité de l'humanité. L'identité humaine. In: La Méthode. Trad: Nurimar Falc. ReFazenda. Círculo Poético. São Paulo: Sesc São Paulo, 2001.

Disponível em: <http://edgarmorin.sescsp.org.br/boucle/default.asp?p=112>, Acesso em: 29 julho 2006.

_____. Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar.; Participação de Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 76 p.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: ROSENDAHL, Zeny., CORRÊA, Roberto L. Org. Paisagem, Tempo e Cultura. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124 p. Cap. 2, p. 12-74.

SOARES, Emmanuel de Macedo. EIGENHEER, Emídio Maciel. Conversas sobre o Saco de São Francisco. Niterói (RJ): Centro Comunitário de São Francisco, 2002. 128 p.

SUGUIO, K. Tópicos de geociências para o desenvolvimento sustentável: as regiões litorâneas. Geologia USP: Série Didática, v. 2, n. 1, 2003. p. 1-40. Disponível em: <<http://www.igc.usp.br/GEOLOGIAUSP/sd1/art.php?artigo=598>, Acesso em: 15 junho 2006.

TUAN, Yi Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. - São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.